

Dívidas crescem com o 'boom' das estatais

Um papel central no atual drama brasileiro é desempenhado por Delfim Netto. Ele assumiu o leme da economia do País pela primeira vez em 1967, após ter tido bom desempenho como secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Um ano após assumir o cargo, ele conseguiu reduzir drasticamente a dívida de US\$ 1 bilhão da Capital paulista. Ex-professor da Universidade de São Paulo, Delfim Netto — com os jovens discípulos que levou consigo para o governo — adotou uma abordagem analítica e racional do seu trabalho, o que lhe granjeou comparações com o ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, e seus "whiz kids" do Pentágono.

Sob Delfim Netto, o "milagre" brasileiro tornou-se uma realidade feliz: seis anos de crescimento real de 10% ao ano, em média. Mas aqueles também foram os anos da mais severa repressão no atual ciclo de governos militares brasileiros. E Delfim Netto tinha a liberdade de trabalhar sem que suas atividades fossem examinadas pela imprensa e o público e, também, sem a ameaça de agitações trabalhistas que existem hoje.

Com os meios de comunicação censurados e os opositores políticos exilados ou com seus direitos cassados, ninguém podia questionar abertamente os enormes empréstimos externos que alimentavam essa expansão a todo vapor. Muitas coisas aconteceram sem que fossem noticiadas: o poder aquisitivo das classes de menor renda diminuiu durante aquele período de enriquecimento; a corrupção governamental cresceu de forma incontrolada e a quantidade de recursos emprestados que foi canalizada para o desenvolvimento da infra-estrutura era muito inferior ao que Delfim Netto afirmava.

Em 1973, a dívida externa brasileira tinha alcançado o nível de US\$ 12,6 bilhões, três vezes mais do que quando Delfim Netto assumiu o cargo de ministro da Fazenda. Porém essa cifra — bastante elevada para os parâmetros da época — mal chegou a ser percebida porque, no mesmo ano, o Brasil conseguiu quebrar todos os seus recordes de crescimento anual, chegando à casa dos 14%.

Nesse meio tempo, a comunidade financeira também ignorava que, em 1973, os preços internacionais do petróleo quadruplicariam — e o Brasil estava importando 80% do petróleo que consumia. Sem abrir os olhos para as consequências disso, o Brasil permitiu que seu consumo de petróleo aumentasse mais de 40% entre 1973 e 1979. Os bancos internacionais, procurando um lugar onde investir os seus grandes depósitos em petrodólares, consideravam favoravelmente o país latino-americano, o qual dava a impressão de levar o desenvolvimento a sério, com um governo controlado pelos militares e que parecia ser estável.

GIGANTISMO

Ernesto Geisel, o quarto general consecutivo a governar o Brasil, assumiu a Presidência em 1974 e deu início a uma série de gigantescos projetos industriais que os banqueiros mundiais estavam mais do que dispostos a financiar, entre os quais estavam o metrô do Rio de Janeiro; duas enormes usinas siderúrgicas; um acordo nuclear de oito usinas e de US\$ 30 bilhões, assinado com a Alemanha Ocidental; e a maior hidrelétrica na fronteira sul do País, que custou US\$ 18 bilhões.

As posições originalmente conservadoras que os militares tinham a respeito de uma reduzida presença

estatal na indústria deram lugar a um desejo de centralizar o poder econômico e, no decorrer dos anos 70, enorme quantidade de empresas estatais — com nomes sonoros, geralmente terminados em "brás" — foi criada ou fortalecida. Em 1982, elas representaram 70% dos gastos de investimento do governo, empregavam cerca de 1,4 milhão de pessoas, responderam por quase metade da produção nacional de mercadorias e serviços — além de serem um dos principais problemas da Nação.

Os mais altos escalões das empresas estatais foram preenchidos por oficiais militares da reserva, aos quais eram oferecidas mordomias generosas e imaginativas. Os funcionários recebiam bonificações simplesmente por aparecerem regularmente no trabalho, além de compartilharem de lucros anuais até mesmo de empresas estatais que não se mostravam rentáveis.

Essas "franchises" ineficientes tornaram-se os principais emprestadores no Exterior e os maiores geradores dos déficits públicos — uma das preocupações básicas da missão de técnicos do FMI que esteve recentemente em Brasília e que tem feito campanha por grandes cortes nas despesas das empresas estatais.

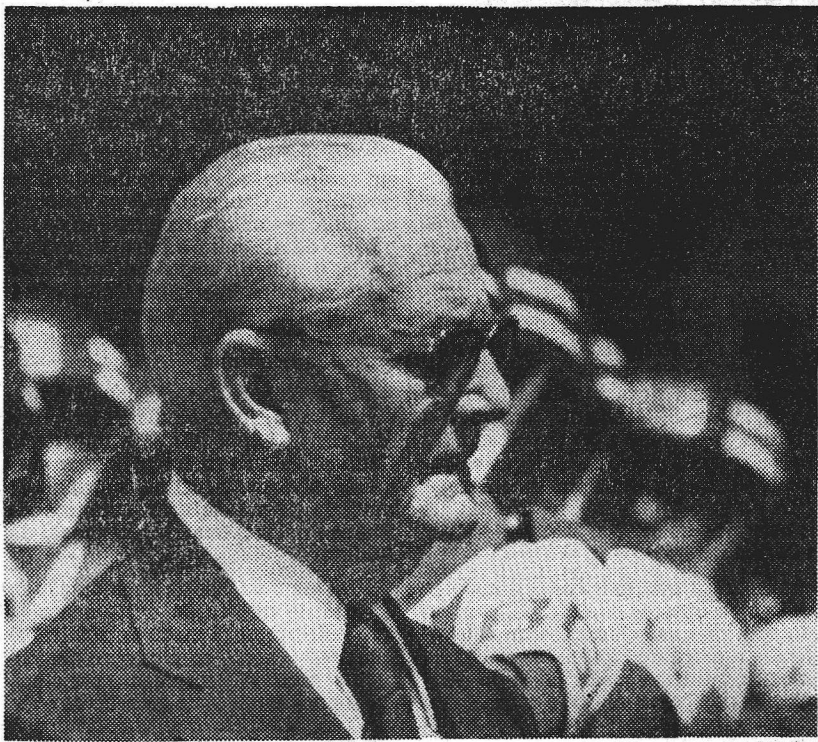
Dois terços da dívida brasileira foram contraídos com taxas flutuantes de juros e "spreads" de até 2,25 pontos percentuais acima da taxa interbancária de Londres (Libor) foram pagos para garantir prazos de até oito anos nos empréstimos. O aumento das taxas de juros que teve início três anos atrás elevou a conta anual dos serviços da dívida brasileira acima de US\$ 10 bilhões em 1982. Cada alta de um ponto percentual nos juros custa ao Brasil um total de US\$ 450 milhões por ano.

Quando o general Figueiredo assumiu a Presidência, em março de 1979, estava claro que o País tinha exagerado nos seus investimentos. Mesmo assim, um último grande projeto — uma operação de extração mineral (Carajás) — recebeu luz verde, a um preço calculado em US\$ 61 bilhões.

Delfim Netto, que tinha deixado o governo em 1974, reapareceu no governo de Figueiredo em princípios de 1979, no cargo de ministro da Agricultura. Mas, em setembro daquele mesmo ano, ele já tinha reconquistado a liderança da equipe econômica, como ministro do Planejamento.

Delfim revogou as medidas que pretendiam refrear a expansão e disse que a indústria deveria reacender todos os seus fornos. Mas o seu programa provocou uma inflação incontrolável e ele logo passou a aconselhar certa desaceleração. O governo, no entanto, não breiou seus investimentos nas empresas estatais, os quais cresceram 7,2% em 1981 e 6% no ano passado.

Enquanto isso, o País ficou estrangulado entre as elevadas taxas de juro e a fraca demanda dos mercados externos. Mesmo assim, ele ainda conseguia garantir os empréstimos necessários para fechar seu balanço de pagamentos todos os anos. Depois, em 1982, ocorreram as crises quase simultâneas no México e na Argentina. Os bancos regionais, que representavam a base dos empréstimos sindicalizados do Brasil, resolveram fechar os seus livros para todos os países latino-americanos. Em setembro, o País viu-se numa crise de fluxo de dinheiro vivo e, pouco tempo depois, tinha gasto todas as suas reservas.



Arquivo

Com Geisel, centralização e ênfase para obras faraônicas